

Partido Comunista do Brasil em Camaçari: Do Pólo à Cidade na resistência contra a ditadura

Rafaela Dayane
Cardoso de Souza

Mestranda em História pela
Universidade Estadual de Feira
de Santana.

Recebido: 20/05/2022
Aprovado: 28/06/2022

RESUMO

O presente artigo versa sobre a experiência do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) em Camaçari no período que inicia com o envio de militantes para o Pólo Petroquímico e se estende até a eleição de 1982 quando o partido elege dois militantes e um "simpatizante", essa análise se dá por meio de duas entrevistas com Luiza Maia e Olival Freire. Utilizamos o referencial de partido de Antônio Gramsci, na sequência uma breve discussão sobre a transição democrática no Brasil e as transformações na linha política do PCdoB com a ascensão dos movimentos sociais e a Lei da Anistia.

PALAVRAS-CHAVE

Camaçari; Transição Democrática; PCdoB.

Introdução

Para analisar os Partidos Políticos é salutar as concepções teórico-metodológicas do italiano Antônio Gramsci que além de formular sobre o tema, viveu da juventude até sua morte com estreitas ligações partidária, primeiro com o Partido Socialista Italiano (PSI) e, posteriormente, o Partido Comunista Italiano (PCI) - ocupou postos de direção e foi deputado eleito.¹ A vida pulsante que esse autor teve com o partido, certamente, influenciou as suas ideias e para nós, embora digno de nota, não é um demérito, afinal, além de pensar o partido metodologicamente, via o seu papel como organizador social para transformação da realidade e tomada do Estado.

A elaboração de Partido pode ser encontrada ao longo da sua obra, e notadamente no *Caderno 13 (1932-1934): Breves Notas sobre a política de Maquiavel* compilado no volume 3. O italiano contribui para a análise metodológica por ver os partidos além da sucessão de seus líderes, seus números eleitorais ou números de filiações, o autor insere os partidos na própria luta de classes, como instrumentos formados para disputar determinado programa político e forjar novas sociedades. Assim, escrever a história dos partidos políticos é *olhar para a moldura do quadro de forma mais ampla e abrangente*. Com analogia emprestada de Maquiavel, ele sugere que

o moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização da vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se **sintetizam germes de vontade coletiva** que tendem a se tornar universais e totais (p.16) [grifo nosso].²

Para ele, o “novo príncipe”, o príncipe da época moderna não pode ser um herói pessoal, uma pessoa, mas é o partido político e assim o é porque pretende fundar um novo tipo de Estado, que agrega os “germes” de uma vontade coletiva,

Neste mesmo capítulo, no §33 Gramsci sistematiza o que ele entende pela história de um partido. O autor pergunta-se o que seria a história de um partido, “Será mera noção da vida interna de uma organização política de como ela nasce, dos primeiros grupos que a constituem, das polêmicas ideológicas através dos quais se forma seu programa e sua concepção do mundo e da vida?”³ Em resposta a sua indagação, já problematiza essa forma de ver um partido político, pois, se assim for escrita “tratar-se-ia, neste caso, da história de grupos intelectuais restritos e, em alguns casos, da biografia política de uma individualidade singular”⁴ (p.88), ou seja, não consegue abarcar a totalidade

1 Antonio Gramsci nasceu em 1891 na Sardenha, uma pequena cidade da Itália e foi militante desde a juventude até a morte no cativeiro fascista em 1937. É vastamente conhecido no Brasil e no mundo como um dos mais importantes teóricos marxistas e suas contribuições são alvo de múltiplos estudos, embora, nem todas sejam fiéis e justas com as ideias do autor. Destacamos que a contribuição teórica de Gramsci está envolta dialeticamente com a sua ação como militante de agrupamentos socialistas/comunistas, em um contexto de profundas transformações - seja no seu país ou no mundo - e sobretudo, para a *práxis revolucionária*, notadamente marcada pela revolução russa e pelo nazi-fascismo.

2 Antonio Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 3*, 8ª edição, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2017, p. 16.

3 Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 3*, p.88.

4 Gramsci, *Cadernos do Cárcere, volume 3*, p.88.

dessa história.

Em outras palavras, analisar a vida interna, como ele nasceu e seu programa é insuficiente “a moldura do quadro deverá ser mais ampla e abrangente”. Assim, Gramsci indica que

Será preciso escrever a história de uma determinada massa de homens que seguiu os iniciadores, sustentou-se com sua confiança, com sua lealdade, com sua disciplina, ou que os criticou realisticamente, dispensando-se ou permanecendo passiva diante de algumas iniciativas (p.88)

Outro ponto fundamental levantado é que o partido representa a expressão de um grupo social, ou seja, de uma classe. E essa classe “não é isolada, tem amigos, afins, adversários, inimigos”.⁵ Portanto, os partidos devem ser vistos dentro da Luta de Classes, pois, em última instância o seu objetivo é a conquista do poder do Estado ou a sua manutenção.

Por fim, sardo conclui sinalizando o papel do historiador que “mesmo dando a cada coisa a importância que tem no quadro geral, acentuará sobretudo a eficiência real do partido”,⁶ ou seja, ao analisar a *moldura*, o risco de tomar como verdade todas as resoluções do partido e o que produziu sobre si são reduzidos, pois, o historiador irá perceber a “sua força determinante, positiva e negativa, sua capacidade de contribuir para a criação de um acontecimento e também para medir que outros acontecimentos se verifiquem”.⁷ O papel do historiador, se contrasta com o sectário que “exaltará com os pequenos fatos internos, que terão para ele um significado esotérico e o encherão de entusiasmo místico”.⁸

As reflexões de Gramsci são de grande valia para analisar a história dos partidos. Certamente, é necessário realizar adaptações a cada partido estudado. No caso da história do Brasil recente, por exemplo, temos partidos que tiveram vidas efêmeras, outros que passaram por transformismo ao chegar no poder, muitos que não chegaram ao poder, etc. Somado a isso, há dificuldade em acessar as fontes que consigam abranger todos os elementos necessários, seja por sua destruição por parte da própria militância como medida de segurança contra a repressão, seja em decorrência das condições de preservação e organização de arquivos.

Por certo, que a contribuição de Gramsci não é um método engessado, como disse o próprio, “essas observações não devem ser concebidas como esquemas rígidos, mas apenas como critérios práticos de interpretação histórica e política. Nas análises concretas de eventos reais, as formas históricas são determinadas e quase “únicas””.⁹

O objetivo deste texto é trazer apontamentos sobre o Partido Comunista do Brasil em Camaçari-BA de 1979-1982, o período inicial se justifica por ser o marco da construção do partido no município e o período final, por ter eleito 3 vereadores nas eleições. O presente artigo se divide em três partes: (1) Contextualização da ditadura civil-militar no Brasil em sua etapa de “abertura política”; (2) as

5 Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, volume 3, p.88.

6 Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, volume 3, p.89.

7 Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, volume 3, p.89.

8 Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, volume 3, p.89.

9 Gramsci, *Cadernos do Cárcere*, volume 3, p.89.

posições políticas do PCdoB, sobretudo a sua mudança tática de enfrentamento à ditadura na segunda metade da década de 1970; e, (3) por fim, constituir um quadro da implementação da política do PCdoB na cidade de Camaçari por meio de duas entrevistas: Luiza Maia e Olival Freire¹⁰.

Ditadura Civil-Militar: as controvérsias da abertura política

Partido das formulações de Gramsci que posiciona o partido em um quadro mais amplo, é imperativo observar o que se passava no Brasil durante a ditadura civil-militar, como estavam se movimentando as forças políticas-econômicas, quais eram os projetos de país que estavam em cena, particularmente, como os sujeitos coletivos formularam e atuaram no processo transição da ditadura à democracia. Com o golpe militar em 1964, “a configuração da forma ditatorial do Estado burguês, através da institucionalidade autoritária, significou a consolidação da autocracia burguesa no Brasil”¹¹, compromissado com o avanço do desenvolvimento capitalista. Marcelo Badaró (2017) aponta que para Florestan Fernandes ao contrário da associação entre capitalismo e democracia que representa o modelo “democrático burguês” que é “associado à revolução burguesa em países de desenvolvimento capitalista mais antigo, o que seria próprio do processo local seria “uma forte associação racional entre desenvolvimento capitalista e autocracia”” e acrescenta que o golpe de 1964 é um momento de resposta preventiva da burguesia para diante dos conflitos sociais do período.¹² Assim, o golpe não consolidou uma ruptura completa, mas foi um ajuste da autocracia burguesa, pois a mesma existia anteriormente, mesmo “que sob um regime político formalmente democrático”,¹³ e mais que isso, para Anderson Deo (2014), no Brasil, a autocracia burguesa é um traço marcante da democracia.¹⁴

O traço autocrático é uma permanente na história brasileira, mas se manifesta de formas distintas. Mesmo mais de 20 anos de ditadura no Brasil ela se manifestou de diferentes formas, afinal, as forças políticas se deslocaram, se reagruparam e mudaram de posicionamento; muitas vezes as alterações se deram como ajustes *necessários* para que a dominação capitalista permanecesse. A nossa reflexão aqui é sobre o período da transição democrática, mas especialmente o seu segundo período.

Compreendemos que o processo de transição se deu entre 1974 e 1985 e nesse período, houveram conjunturas diversas, reorganização do bloco no poder e nas formas de luta contra ditadura, diferentes tratamentos aos aparelhos de hegemonia civil e da repressão. Adotamos, assim como o historiador

10 Entrevista concedida à autora por Luiza Maia, Camaçari, 12 de mar. 2020. Entrevista concedida à autora por Olival Freire, Google Meet, 19 ago. 2020.

11 David Maciel, *A argamassa da ordem: Da ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*, São Paulo, 2004, p. 33.

12 Marcelo Badaró Mattos, “Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo: breve síntese em lugar de introdução” in: Marcelo Badaró Mattos, *Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo*, Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2017, p. 12.

13 Mattos, “Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo”, p. 13

14 Anderson Deo, “Uma transição à long terme: a institucionalização da autocracia burguesa no Brasil” in: Milton Pinheiro, *Ditadura: O que resta da transição*, São Paulo, Boitempo Editorial, 2004, p. 323-352.

David Maciel, três etapas do processo de transição: a primeira que vai do desencadeamento do projeto distensionista do presidente-general Geisel (1974) e se encerra com o Pacote de Abril (1977); a segunda que marca a passagem da distensão à abertura, que inicia com a sucessão presidencial e a aprovação de reformas institucionais, concluindo com as eleições de 1982 que além de eleger vereadores e vereadoras, também elegeu governadores por meio de eleições diretas; e por fim, a conclusão da abertura que vai de 1982 até a sucessão presidencial em 1985, onde foi eleito um civil pela primeira vez em 20 anos, importante salientar que fora eleito indiretamente pelo congresso, não pelo voto popular.

A terminologia para designar o período é variável, geralmente encontramos: redemocratização (com ou sem aspas), transição democrática ou simplesmente transição. Para nós, eles são sinônimos, mesmo que concordemos que a forma e a implementação da democracia foi parcial ou que foram incompletos os canais de democracia popular, como é o caso da eleição indireta para presidente em 1985. Para nós o fundamental é que o processo de transição aconteceu no terreno político estabelecido pela institucionalidade autoritária com forte influência do cesarismo militar, embora isso não implique na ausência de iniciativas anti autocráticas de rompimento com o regime.¹⁵

Nós iremos nos concentrar no segundo período, que marcam para o PCdoB mudanças na sua linha política mais geral, diretamente influenciado pela Lei da Anistia, mas que já vinha se transformando. E em Camaçari pontua o enfrentamento à ditadura com a organização do Partido localmente, tal como o envolvimento do mesmo com os movimentos sociais, especialmente, a luta contra a carestia e a luta por moradia e mais tarde, elegendo três edis em 1982.

O projeto distensionista foi uma estratégia de manutenção a ordem burguesa, e “para tanto, lançando-se dos pressupostos básicos de um governo classicamente autocrático, Geisel criou os “mecanismos institucionais” para garantir a continuidade da abertura “lenta, gradual e segura”” e que está presente até a conclusão da abertura política, como podemos ver na versão final da Lei da Anistia (1979) que perdoou os militares onde fica demonstrado “o papel desempenhado pela Presidência da República no processo de transição não foi apenas o de propor a transição da ditadura à democracia, mas de dirigi-la politicamente num ambiente progressivamente contraditório e conflituoso”.¹⁶ O governo operou para que os movimentos de oposição não se transformassem em movimentos de contestação, nem sempre essa tática deu certo.

O grande símbolo institucional de oposição ao regime foi o MDB, que no bipartidarismo agregou diversos setores que foram da burguesia até grupos da esquerda radical, como o PCdoB que passou a atuar no interior do MDB da segunda metade da década de 1970 até a sua legalidade (1985). O bipartidarismo dava uma ideia de legitimidade pela representação política, já que havia eleições diretas para alguns cargos. Os defensores da ditadura utilizam o argumento da existência de eleições durante a ditadura para amenizar o seu papel repressivo, mas como aponta Maciel (2004), a representação política durante o período autoritário não é contraditório com a autocracia burguesa e o caráter autoritário da institucionalidade, afinal essa representação era das classes dominantes

15 Maciel, *A argamassa da ordem*.

16 Deo, “Uma transição à long terme”, p.350. E Maciel, *A argamassa da ordem*, p.27.

majoritariamente. Como veremos, o espaço institucional, mesmo que de forma minoritária, também foi ocupado pela esquerda radical, através na legenda do MDB.

Mesmo que o MDB tivesse tal representação, estava sempre sob ameaça da institucionalidade autoritária, já que a mesma não foi desfeita durante a distensão. O governo, apesar das suas tentativas de controlar a oposição para que não se transformasse em contestação, sofreu desgastes, sobretudo pela emergência do protesto popular – principalmente dos trabalhadores que realizaram centenas de greves. Uma movimentação que merece destaque foi a luta pela Anistia Ampla Geral e Irrestrita, defendida pela oposição que contrastava com a transição *lenta, gradual e segura*, defendida pelo projeto de Anistia dos militares.

As organizações que aderiram à luta armada de forma geral havia sido derrotada e a perspectiva institucional começava a ganhar força, mesmo que para algumas dessas organizações a luta armada não estivesse descartada, abria-se caminho para defesa de que todas as formas de luta deveriam ser utilizadas, incluindo as eleições, posição que ganha força com os resultados eleitorais de 1974. Esses resultados não devem ser vistos como uma ação natural do tempo, como aponta *Maria Victoria Espiñeira*,

O resultado das eleições de 1974 no Brasil refletiu o processo de acumulação de forças e reforçou a posição dos que defendiam o caminho da luta legal, demonstrando que esta estratégia era mais efetiva do que as que vinham sendo percorridos pelos diversos grupos que optaram pela luta armada, até porque, em 74, esses grupos estavam praticamente dizimados no país. Com a derrota militar da luta armada a alternativa institucional ganhou força.¹⁷

Esses números impressionaram as organizações de esquerda marxista, incluindo o PCdoB, e em 1976 passaram a flexibilizar a posição defendida em eleições anteriores de campanha do “voto nulo”. O Partido começa a aproximar-se da esquerda do MDB e participa seletivamente da campanha de algumas candidaturas, mas na eleição seguinte, 1978, já participa mais ativamente das candidaturas. Na Bahia, a aproximação do PCdoB com o MDB não faz com que abandone a atuação política junto aos movimentos sociais, como é o caso da sua participação no Movimento Estudantil, especialmente na UFBA; tal como no Trabalho Conjunto, movimento popular urbano na cidade de Salvador, que se relacionou com o Movimento Contra Carestia.

No bojo dos movimentos, certamente, a pauta que teve mais apelo popular foi a Anistia, que inclusive se colocava na agenda dos movimentos sociais e dos partidos. Renato Lemos (2018) indica que General Golbery, ministro da Casa Civil, apresenta a anistia como “poderoso instrumento de negociação a ser utilizado pelo general João Batista Figueiredo”. Os setores militares que se colocavam contra o projeto, passam a ser convencidos da sua necessidade e por seu elemento restrito. Ao longo do período em que se tramitou a lei, muitas foram as alterações - seja proposta por setores militares,

17 Maria Victoria Espiñeira, “A resposta da Bahia à repressão militar: a ação partidária da Ala Jovem do MDB e a militância civil do Trabalho Conjunto da cidade de Salvador” in: Grimaldo Carneiro Zachariadhes, *Ditadura Militar na*

seja pelo movimento. Afinal, não havia dissenso no interior do governo e também na sociedade civil.¹⁸

Quando Figueiredo assumiu a presidência em março de 1979 a pressão aumentou para aprovar a Lei da Anistia aumentou, afinal, havia uma expectativa em relação à abertura política. Os embates no parlamento são intensos e quase diários, nas penitenciárias presos fazem greve de fome, no exterior são feitos congressos e campanhas pela Anistia.

A questão da anistia dos “crimes de sangue” e do “terrorismo” era motivo de intensas disputas no rumo da anistia, um dos argumentos dos que defendiam a anistia ampla e irrestrita é que independe de certo ou errado a opção pela luta armada foi reação ao regime. No fim das contas, as movimentações do governo sensibilizaram setores moderados da oposição, numa perspectiva que qualquer anistia seria melhor que nenhuma.

Em 28 de agosto de 1979 o projeto é aprovado com 206 votos a favor e 201 contra uma anistia parcial e restrita, que entre outras coisas anistia os crimes conexos e exclui os que foram condenados por terrorismo, assalto, seqüestro e atentado pessoal. Depois da aprovação os debates no congresso e na sociedade continuaram, seja dos que estavam descontentes com a anistia aprovada, seja daqueles que achavam que ela era vitoriosa. A lei é regulamentada em novembro, quando os exilados voltam massivamente ao Brasil e os presos são libertados.

Por mais que tenha sido uma mudança parcial, a Lei da Anistia foi muito importante para o PCdoB que teve muitos dos seus quadros assassinados, uma parte estava na clandestinidade e outra no exílio. Com a Anistia, o partido que havia feito sua 7ª conferência na Albânia (1978-1979) para se desviar da repressão, conseguiu retornar à pátria, mesmo que não tenha conseguido sua legalização. Nesse contexto, importantes dirigentes como João Amazonas e Miguel Arroyo voltaram ao Brasil; na Bahia retornam do exílio Loreta Valadares e Carlos Valadares, além de ser liberado da prisão Haroldo Lima. Como veremos, a Anistia influenciou diretamente na atuação do PCdoB, porém,

Após a aprovação da Lei e do avanço no processo de liberalização, o tema se manteve na pauta política, em grande parte pela ação dos que denunciaram a anistia como incompleta e continuaram a luta nos movimentos de anistia, de direitos humanos e em organizações que os continuam ou sucedem.¹⁹

O PCdoB foi uma dessas organizações que foi crítica a Lei de Anistia aprovada. O II Congresso de Anistia, realizado em Salvador em 1979, rejeitou a anistia aprovada e sinalizou que o comitê deveria ampliar sua luta em apoio aos movimentos sociais e continuar a luta em defesa dos perseguidos políticos, segundo Joviniano Neto (2009) essa posição foi defendida pelo PCdoB, que seria uma força vitoriosa do congresso.

Por mais que o processo de transição fosse controlado por uma lógica autocrática, a oposição anti-autocrática se mobilizou e buscou caminhos para contestar a ordem autoritária. Dessa forma,

18 Renato Luís do Couto Neto e Lemos, *Ditadura, Anistia e transição política no Brasil*, Rio de Janeiro, Ed. Consequência, 2018.

19 Joviniano S. de Carvalho Neto, “II Congresso da Anistia: momento de resistência e definições” in: Grimaldo Carneiro Zachariadhes, *Ditadura Militar na Bahia – Novos Olhares, Novos Objetos*, Novos Horizontes, Salvador, Edufba, 2009, p.261.

até o MDB que era uma oposição “consentida” foi espaço para a esquerda marxista atuar; os movimentos populares voltaram à cena política de forma mais enérgica, pautando os direitos básicos de alimentação ou moradia e a luta por democracia. Ou seja, esse processo de abertura não deve ser visto de forma maniqueísta, mesmo que o regime tivesse mais “poder de fogo” que os movimentos populares, sobretudo pelo “entulho autoritário” que persistiu mesmo com as reformas institucionais.

O PCdoB e o enfrentamento à ditadura

A história do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) remonta às primeiras décadas do século XX, quando surge em 1922 o Partido Comunista do Brasil (PCB). Depois de uma série de divergências internas influenciadas pelas denúncias contra Stálin na URSS e as mudanças de tática do PCB na virada da década de 1950 para 1960, em 1962 ocorre uma cisão que dá origem ao PCdoB. Cabe ressaltar, que na leitura do PCdoB, sustentada até os dias atuais, eles são o partido criado em 1922 e reorganizado em 1962 na luta contra o revisionismo.

Portanto, em 1964, o Partido tinha pouco tempo de reorganização. No documento “O golpe de 1964 e seus ensinamentos” de agosto de 1964 o PCdoB faz uma dura crítica ao que chama de revisionismo, a política adotada pelo PCB de “revolução pacífica” e o reformismo, afirma que tinham ilusões com a política conciliadora de João Goulart e desta forma não conseguiu reagir ao golpe. Assim, o PC do Brasil defende a formação de uma Frente Única daqueles que lutam contra a ditadura, mas pondera que “somente poderá triunfar se estiver preparado, política e ideologicamente, para fazer frente à violência do imperialismo e da reação interna, com a luta mais enérgica e decidida, recorrendo inclusive, à violência revolucionária das massas”;²⁰ Defende a luta armada, mas aponta que “seria incorreto pensar que somente a luta armada é trabalho revolucionário”.²¹

É salutar apontar que neste pronunciamento o PCdoB aponta que todos os setores devem ser mobilizados para a ditadura, é uma tarefa “mobilizar o maior número de brasileiros contra a ditadura e contra os direitistas mais extremados é uma necessidade permanente”.²² Nessa Frente Única há lugar para os mais diversos setores oposicionistas, dos revolucionários até a UDN (partido da ditadura). Além disso, aponta a possibilidade das mais diferenciadas formas de luta que possibilita unir os setores antiditatoriais, mas exorta que “na ação política de massas é necessário atuar sempre tendo em vista a revolução”.²³

O Partido Comunista do Brasil não tinha muitos militantes ou era muito influente, mas registrou algum tipo de atuação. A Guerrilha do Araguaia foi um dos feitos do PCdoB que teve maior destaque, na historiografia é o tema que contém maior número de pesquisas na história do Partido. Conta-se que a Guerrilha começou a ser preparada ainda na década de 1960 e paulatinamente foram sendo enviados militantes para a região do Araguaia - maioria ligado ao ME -, localizada no sul do Pará;

20 Partido Comunista do Brasil. “O golpe e seus ensinamentos” in *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro (Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000)*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p.70.

21 PC do Brasil, “O golpe e seus ensinamentos”, p.81.

22 PC do Brasil, “O golpe e seus ensinamentos”, p.79.

23 PC do Brasil, “O golpe e seus ensinamentos”, p.81.

o método de Guerrilha foi influenciado pelos ideais maoístas da “guerra popular”. Os guerrilheiros foram atacados pelas forças armadas antes de deflagrar a guerrilha, e resistiram por mais de 2 anos aos ataques do Exército Brasileiro e por fim foram aniquilados dezenas de militantes e dirigentes do PCdoB. Somado a perseguição dos que estavam no campo, houve uma intensa retaliação nas cidades, levando a tortura e morte de militantes.

No período posterior, o balanço sobre o ocorrido foi palco de divergência entre os sobreviventes e demais dirigentes do Partido. De um lado tinha-se a posição defendida por João Amazonas, que via a experiência guerrilheira como gloriosa; do outro, Pedro Pomar que afirmava que o erro da Guerrilha teria sido estratégico, não tático e uma das principais falhas foi perceber que a conjuntura não era favorável à guerrilha. Os debates acabaram sendo interrompidos em dezembro de 1976 com outro golpe no PCdoB, conhecido como o Massacre da Lapa - a polícia descobriu a localização de uma reunião do Comitê Central e prendeu, torturou e matou a maior parte dos presentes. Mesmo que na linha política do PCdoB, desde o início, estivesse posta a necessidade e importância da luta popular de massas, a Guerrilha tinha sido a sua maior aposta.

Na década de 1970, além das perdas para repressão, o PCdoB tem uma importante incorporação: Ação Popular (AP). A AP foi uma importante organização na década de 1960 que tinha uma grande influência no Movimento Estudantil, ocupando a direção da União Nacional dos Estudantes hegemonicamente. A organização que iniciou a partir de iniciativas da igreja, depois de longos debates, adere ao marxismo-leninismo, se transformando em Ação Popular Marxista Leninista (APML) e começa a refletir sobre a necessidade do Partido. Após divergências internas e um longo processo de diálogo com a direção do PCdoB, parte da APML é incorporada ao PCdoB em 1973, dando uma reoxigenação ao Partido.²⁴

A Guerrilha do Araguaia foi um marco fundamental na mudança dos rumos do PCdoB, afinal, perdeu muitos dos seus quadros que estavam na Guerrilha e tantos outros que se encontravam nos centros urbanos como consequência da perseguição perpetrada contra o Partido; além disso, vários dirigentes foram exilados. Foi assim que no pós Guerrilha do PCdoB começou a dar os primeiros passos rumo a uma nova tática que priorizava a defesa da volta das liberdades políticas no país. O marco dessa política se deu em janeiro de 1975 quando A Classe Operária pública resoluções do CC com a defesa das chamadas “três bandeiras”: Assembléia Constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos e leis de exceção e anistia geral.

João Amazonas, um dos principais dirigentes do partido, publica em maio de 1976 no jornal A Classe Operária o texto “Conquistar a liberdade política, alcançar a democracia popular” onde sintetiza os objetivos que o partido deveria seguir. O autor questiona o papel do exército no executivo e as ideias difundidas por eles de que não é possível viver em liberdade sem correr riscos e perigos, segundo o autor “[os militares] alegam que a liberdade nos dias de hoje propicia o caos, a anarquia, a

24 A incorporação da AP no PCdoB em 1973 certamente teve grande influência na construção do Partido na Bahia que era um dos mais importantes para a AP. Acreditamos que essa influência repercutiu no PCdoB de Salvador, especial-

baderna, culpando implicitamente as massas pelo desaparecimento da democracia”,²⁵ e munindo-se desses argumentos usam a violência (intensificada com o AI-5) contra a maioria da população em benefício de industriais, banqueiros, latifundiários, comerciantes e fazendeiros. Aprofunda a crítica ao sistema militar denunciando a submissão da organização sindical ao controle policial.

O dirigente comunista faz uma breve análise da situação conduzida pelos militares no executivo denunciando o arrocho salarial, o aumento da dívida externa, o controle das empresas americanas, o monopólio de terras e etc, concluindo que com o novo regime “os problemas sociais tornaram-se ainda mais agudos” e que o “regime dos generais demonstrou, na prática, ser um sistema em contradição flagrante com as necessidades do desenvolvimento social. Esse regime, o pior que o país já teve, precisa ser varrido para alcançar o progresso e a verdadeira independência”.²⁶

Diante da necessidade que seja “varrido” o “regime dos generais” Amazonas aponta como questão urgente a “conquista da liberdade política”.²⁷ Perceba, que na maior parte do tempo de sua existência o PCdoB viveu na clandestinidade, realizando poucas ações abertas, assim, a conquista da liberdade política levaria o Partido a um novo patamar das lutas sociais e o colocaria em um espaço mais amplo de interlocução com as “massas”, como vinha defendendo desde 1975 as chamadas “três bandeiras”: Assembléia Constituinte livremente eleita, abolição de todos os atos de exceção e Anistia Geral”.

Com a vitória eleitoral do MDB em 1974 e as perdas de quadros e militantes que o PCdoB sofreu, a atuação aberta começou a configurar como alternativa e esse documento sinaliza essa movimentação como expressa o próprio autor “a bandeira da liberdade, a par das demandas patrióticas e de defesa dos interesses imediatos das massas têm sido, nestes doze anos de ditadura, o motivo condutor das grandes ações populares”,²⁸ destaca entre as ações a “votação maciça contra o governo nas eleições de 1974” assim como afirma que “surgiu com força na resistência do Araguaia”²⁹.

O autor, ao colocar esses dois momentos como exemplo das grandes ações populares, talvez tenha exagerado já que a Guerrilha foi massacrada e, com raras exceções, não rompeu a censura imposta pelo regime; e as eleições de 1974, por outro lado, foi incontestado pelo resultado das urnas. Certamente, as disputas em torno da “Gloriosa” guerrilha, influenciaram a tinta de João Amazonas. Novos ventos pairavam sobre a política do PCdoB, mas eles não abriam mão do legado na Guerrilha; a luta armada não aparece no texto de Amazonas apenas como menção ao passado, ao contrário, reafirma a necessidade da “violência revolucionária” para derrotar o “fascismo”.

25 João Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular” in *Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro (Documentos do PC do Brasil de 1960 a 2000)*, São Paulo, Anita Garibaldi, 2000, p.245.

26 Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular”, p.255. Amplamente debatido pela historiografia é o caráter “civil” da ditadura, portanto, sabemos que o “regime dos generais” foi construído lado a lado com setores da sociedade civil que se beneficiaram de tal regime, assim como houve uma guerra ideológica de convencimento da necessidade da violência do Estado.

27 Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular”, p.255.

28 Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular”, p.256.

29 A questão do Araguaia foi uma problemática para o PCdoB durante um longo período em decorrência das divergências que haviam em torno do seu balanço. Mais tarde, esse debate acabou sendo encerrado com a “Chacina da Lapa” onde foi assassinado um dos principais críticos da Guerrilha “Pedro Pomar”.

Amazonas aponta que embora a conquista da liberdade política seja um dos principais objetivos das forças progressistas, não pode acabar em si mesmo, e junto a luta por liberdade política deve-se esforçar-se “por elevar a consciência política do povo tendo em vista criar condições favoráveis ao surgimento de um regime inteiramente novo, após a caída do fascismo”,³⁰ ou seja junto com a luta por liberdade política deve-se buscar uma democracia popular que para João Amazonas “é um regime que representa o proletariado, o campesinato, as classes médias urbanas e, em certa medida, a parte da burguesia, ligada aos interesses nacionais” que seria responsáveis por resolver questões estruturais de como a distribuição da terra e por fim a espoliação estrangeira, tal como construir uma “autêntica independência nacional”.³¹ Conclui dizendo que a democracia popular não é o objetivo final, mas cumpre um papel transitório para alcançar o socialismo, portanto, a estratégia continua sendo, a revolução.

Embora João Amazonas traga elementos da luta armada e da construção do socialismo, para nós, esse documento faz parte de um esforço de mobilizar sua militância a construir “tarefas democráticas”, seja influenciada pela conjuntura, seja pelas questões internas do PCdoB. A participação nas eleições e a luta nas cidades, paulatinamente vai encontrando mais espaço na política do PCdoB, diferenciando-se das suas principais movimentações até então de luta clandestina e foco no campo.

A partir da segunda metade da década de 1970, o PCdoB aproveitou os espaços de oposição possível para defender as suas bandeiras, particularmente o MDB, e também passaram a considerar as eleições como uma possibilidade para fazer as denúncias contra os crimes da ditadura. Jean Sales afirma que mesmo problematizando o papel das eleições, o PCdoB tomara aquele lugar como importante, “para o partido, mesmo que fossem em grande parte uma farsa criada pelos militares, as eleições também podiam constituir-se em uma denúncia por meio das urnas”.³²

Nota-se que a situação organizativa do Partido era complexa e frágil em decorrência das perdas; na tentativa de reorganizar seu trabalho realiza na Albânia a sua VII Conferência Nacional do PCdoB entre 1978 e 1979 com a participação dos militantes que estavam no exterior e alguns que conseguiram sair do Brasil clandestinamente. Porém, as deliberações desse espaço foram questionadas pela pouca representatividade e meses depois gera mais uma cisão do Partido, que dá origem ao Partido Revolucionário Comunista (PRC).

Apesar da luta interna que se deu, o pcdob se reoxigenou com a aprovação da Lei da Anistia quando vários dos seus dirigentes retornaram ao país, saíram da clandestinidade e das prisões. Sales (2021) aponta que na tentativa de diferenciar-se das outras forças políticas, o pcdob enfatizava que a anistia e a abertura não eram dádivas do governo, mas fruto de mobilização social, assim, a derrota do regime precisava de pressão popular. Daí, o partido “propunha a luta pela Constituinte conjugada com a liquidação do regime militar por meio da unificação dos movimentos populares de oposição”.³³ Para isso, defendia várias formas de luta, incluindo aproximação com o PMDB visto como “aglutinador

30 Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular”, p.259.

31 Amazonas. “Conquistar a liberdade política, alcançar uma democracia popular”, p.261.

32 Jean Rodrigues Sales, *Entre a Revolução e a institucionalização: uma história do Partido Comunista do Brasil*, São Paulo, 2020, p.262.

33 Sales, *Entre a Revolução e a institucionalização*, p.275.

das forças antiditatoriais”, entretanto, lá dentro o pcdob deveria diferenciar-se com suas propostas mais radicais.

Além disso, Augusto Buonicore, aponta ainda que o campo deixa de ser o lugar de atuação prioritária como defendia o partido anteriormente, pois percebeu-se que o Brasil passava por transformações que colocavam em evidência os grandes centros urbanos, vendo-os como pontos de combatividade de massa e palco da ação revolucionária já que nas cidades se concentravam a maior parte da classe trabalhadora. Assim, Camaçari-BA, que era sede do Pólo Petroquímico, torna-se uma prioridade do PCdoB.

Nesse contexto, o Partido se empenha e investe energia nas eleições de 1982. Segundo Sales, o partido via as eleições de 1982 como um verdadeiro “plebiscito político do regime”, assim defendia que “os comunistas deveriam participar ativamente da campanha para eleger os candidatos do PMDB, que teriam maiores chances de vitória contra o governo”.³⁴ Nessa eleição, o PCdoB elegeu 4 deputados federais, entre eles, o baiano Haroldo Lima. Em Camaçari, elegeu os vereadores Luiza Maia e Luiz Carlos Caetano, além de Clemente Dantas que não conseguimos verificar se estava sob influência do PCdoB ou integrava o partido.

Não devemos perder de vista que nas eleições de 1982 o bipartidarismo não estava vigente e que aparece em cena o Partido dos Trabalhadores que aglutina uma série de setores de esquerda e progressistas. Como o PCdoB não consegue a legalidade, prefere manter-se no PMDB. Jean Sales indica que “o pcdob via na legislação uma manobra da ditadura militar para enfraquecer a oposição e insistia na unidade da oposição em torno do PMDB”,³⁵ não sabemos se a opinião seria a mesma se houvesse possibilidade de disputar a política através da sua própria legenda.

Camaçari: território privilegiado da luta política

O Pólo Petroquímico começou sua instalação na cidade de Camaçari na primeira metade da década de 1970 e logo chamou atenção de muitas organizações de Esquerda. Até então, a cidade era pacata e tinha sua tranquilidade interrompida com o trem que passava e tinha uma estação na sede da cidade; era considerada área de veraneio para moradores de Salvador. Com a construção do Pólo, logo Camaçari foi considerada Área de Segurança Nacional (ASN) e, entre outras medidas, não podia ter eleição para o cargo executivo, o que só foi revertido nas eleições de 1985. Darlinton Paranhos apresenta na sua dissertação que em 1973 o PCdoB já tinha militantes no Pólo, mesmo que não tivesse grande importância na área sindical. Com o passar dos anos foram sendo enviados mais militantes para o Pólo.³⁶

Cabe alertar ao leitor/a que não foram identificados trabalhos acadêmicos que tratam da atuação do PCdoB em Camaçari, portanto, a reconstituição dos acontecimentos se dará principalmente por

34 Sales, *Entre a Revolução e a institucionalização*, p.275.

35 Sales, *Entre a Revolução e a institucionalização*, p.280.

36 Darlinton de Sena Paranhos, *Trabalhadores Químicos e Petroquímicos Baianos e suas organizações (1963-1997)*, Dissertação (Mestrado em História), Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2011.

meio das fontes orais. É possível ter auxílio na reconstituição do cenário por meio dos jornais de grande circulação e do jornal *Tribuna da Luta Operária*, jornal legal por meio do qual o PCdoB manifestava suas posições e também organizava seus militantes. Destarte, para esse trabalho iremos utilizar duas entrevistas cedidas à autora que indicam caminhos dos passos do PCdoB na cidade industrial.

Dois importantes personagens da história do PCdoB em Camaçari, Luiza Maia e Olival Freire, iniciaram sua militância na década de 1970 no Movimento Estudantil. Importante frisar que não foram os mais importantes, ou os únicos, mas nesse estágio da pesquisa optamos por trabalhar com as entrevistas que foram realizadas com eles e quais tarefas desempenharam na construção do PCdoB no município de Camaçari. Ambos cumprindo deliberação do partido, cada um com seu papel.

Luiza Maia foi uma das vereadoras eleitas pelo PCdoB em 1982, nesse período, o partido ainda vivia sob a ilegalidade e concorreu ao pleito pela legenda do PMDB. Nesse contexto, o município de Camaçari elegia 13 vereadores e o PCdoB elegeu 3 desses, sendo que dois orgânicos do partido e o outro influenciado por ele;³⁷ por ser Área de Segurança Nacional, nessa eleição não houve pleito para a prefeitura. Luiza, foi a terceira vereadora mais votada da cidade. Para entender como a mesma alcançou tal ponto, precisamos recuar um pouco no tempo compreendendo a trajetória da vereadora que se imbrica com o PCdoB em Camaçari.

Luiza Costa Maia nasceu em 1951 na cidade baiana de Ruy Barbosa, aos 14 anos saiu da sua cidade em direção à Salvador para estudar no Colégio Central onde começou a participar do Movimento Estudantil (ME), segundo ela, “a gente participava do movimento estudantil de certa forma orientada pelo PCdoB que vivia também na clandestinidade”.³⁸ Em 1975 ingressou no curso de Letras com Espanhol na UFBA onde participou do ME, sendo membra do Diretório Central dos Estudantes (DCE). Ao concluir o curso em 1978 viu-se diante de um dilema, pois não queria ficar em Salvador, nem voltar para sua cidade natal.

Em 1978 Luiza Maia já era filiada ao PCdoB e o partido ofereceu-lhe algumas opções de cidade,

que eles sempre orientavam a gente quando a gente queria vir para o interior. Era Vitória da Conquista, Itapetinga, Juazeiro, Camaçari que a gente vinha para trabalhar e também para ajudar na montagem do Partido, que como eu te disse, vivia na clandestinidade ainda.³⁹

Ou seja, o PCdoB tentavam ampliar suas bases pelo Estado, tendo algumas áreas principais para enviar os militantes e Camaçari estava entre elas. Além disso, podemos conjecturar que o Partido dava importância de relacionar a atividade profissional com a militância política, seja por que

37 Dados referente ao número de vereadores disponível em: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, 14º volume - tomo 3, *Eleições Federais, Estaduais e Municipais realizadas em 1982*. Disponível em: https://bd.camara.leg.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/13042/dados_estatisticos_vol10.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Essa informação é diferente de uma informação dada na entrevista de Luiza Maia, que aponta que eram 9 vereadores; em contato com a Câmara Municipal de Camaçari não conseguimos confirmar o número exato.

38 *Entrevista concedida à autora por Luiza Maia*, Camaçari, 12 de mar. 2020.

39 *Entrevista com Luiza Maia*, 2020.

entre os trabalhadores que organizavam a luta, seja porque não teria o gasto de manter o militante materialmente.

Camaçari estava entre as principais cidades do PCdoB por conta do Pólo Petroquímico que agregava um número considerável de operários. Muitas organizações de esquerda enviaram militantes para o Pólo Petroquímico a fim de desenvolver o trabalho político. Maia escolheu a cidade de Camaçari para dar prosseguimento a sua vida profissional e política, mas além da importância da cidade para o partido, um motivo pessoal influenciou na escolha: o seu marido à época, Carlos Silveira, já trabalhava na cidade.

Em 1979 Luiza Maia conseguiu um emprego como encarregada de Comunicação da Companhia Baiana de Fibras (COBAF) que estava alojada no Pólo, portanto, ela trabalhava no setor administrativo. Ela indica que na fábrica se envolveu com a organização dos operários e no enfrentamento a direção pelega do sindicato que, segundo ela, era envolvida com a ditadura. Na COBAF, por intermédio do Partido, conheceu Daniel Almeida, que era instrumentista (operário).

Paralelo ao trabalho na fábrica Luiza iniciou um trabalho político na cidade em si “a gente fazia um trabalho também de organização das pessoas em Camaçari, do povo de Camaçari, eu estava dirigindo um movimento que a gente intitulou Movimento Contra a Carestia”⁴⁰ aponta ainda que desse grupo também participavam grupos de jovens da Igreja Católica. Somado a isso organizavam as associações de moradores, “com vista em brigar por melhores condições de moradia, mas também com o objetivo do PCdoB que era de organizar o povo para a gente realmente fazer uma revolução nesse país”.⁴¹ Aqui aparece uma relação direta com o texto de João Amazonas que indica as lutas concretas do povo sem perder de vista o socialismo.

A cidade de Camaçari, até a chegada do Polo Petroquímico, era considerada área de veraneio para moradores de Salvador, e acabou por não se preparar para receber um enorme contingente de trabalhadores que migraram em busca de trabalho e vida digna, diante da crise que ocorria naquele período,

veio muita gente para Camaçari por causa da instalação do Polo, muito trabalhador da Construção Civil, muito trabalhador sem uma qualificação profissional, e quando eles terminaram de instalar o Pólo, as pessoas que tinham menor qualificação foram embora. Camaçari ficou uma cidade de pessoas desempregadas, subempregadas [...], muita gente pobre.⁴²

A atuação do PCdoB se deu exatamente nessa brecha aberta pelas condições paupérrimas de vida em que viviam os moradores e também a insatisfação com um governo que tinha o seu prefeito indicado por cerca de 10 anos; é provável que a experiência do Trabalho Conjunto em Salvador tenha influência sobre a atuação em Camaçari. Luiza aponta que o Partido aproveitou o caminho aberto pelas lutas imediatas para fazer o trabalho de organização e formação

40 Entrevista com Luiza Maia, 2020.

41 Entrevista com Luiza Maia, 2020.

42 Entrevista com Luiza Maia, 2020.

[Tínhamos] os cursos, fazíamos as reuniões, conversava sobre as nossas estratégias políticas, porque tudo estava relacionado à questão da ditadura [...]. Não tinha democracia, não tinha liberdade de expressão, não tinha direito a nada, e aí uma coisa era ligada a outra.⁴³

As associações também ocupavam casas e conjuntos habitacionais, em uma ação houve ocupação de três ou quatro bairros de uma só vez, o que nos permite inferir que havia algum nível de capilaridade do Partido na cidade. Por meio dessas lutas, que ultrapassaram o ambiente industrial, os militantes do PCdoB se tornaram conhecidos como símbolo de combatividade na cidade. A partir de 1981, Luiza Maia, saiu do Pólo e passou a dedicar-se ao trabalho político no município, atuando em um pré-vestibular. E nesse contexto, ela foi candidata e elegeu-se como vereadora pelo PMDB na eleição que se realizou em 15 de novembro de 1982.

Segundo Luiza, inicialmente ela não gostou da ideia de ser candidata já que sua prioridade era o movimento popular, mas o PCdoB insistiu que ela fosse candidata e a mesma afirma ter cumprido a tarefa baseada no centralismo democrático, nas palavras dela “não sei se tu conhece a história do centralismo democrático, você discute, discute, mas na hora que fecha a questão não tem mais o que discutir não, tem que cumprir o que tava decidido”.⁴⁴ Essa decisão foi tomada no diálogo entre o núcleo municipal e o núcleo estadual. À essa altura o PCdoB já havia enviado outros militantes para cidade, entre eles, Luiz Caetano, que concorreu e venceu as eleições em 1982 junto com Luiza e em 1985 foi eleito prefeito na primeira eleição direta para prefeito da cidade no pós-ditadura.

Nosso outro personagem é Olival Freire Júnior que nasceu em 1954 na cidade de Jequié onde teve os primeiros contatos com publicações de esquerda e ações progressistas, de forma dispersa já tinha noções que existia um regime ditatorial no país. Em 1969 mudou-se para a cidade de Salvador onde cursou o ensino médio no Colégio Marista. Em 1972 ingressou na Universidade Federal da Bahia no curso de engenharia elétrica, ele comenta

Eu me aproximei do PCdoB no meu primeiro ano de faculdade na escola de engenharia da UFBA, eu era aluno de engenharia elétrica [...]. Eu tinha uma inclinação antes de entrar na universidade para uma atividade de oposição à ditadura. [...] Quando entrei na universidade eu tinha uma consciência muito aguda de que a gente vivia numa ditadura e aquilo era insuportável.⁴⁵

Assim que chegou a Universidade, Freire, participou intensamente das lutas no movimento estudantil e assim, teve acesso a informações sobre a guerrilha do Araguaia e da existência do Partido Comunista do Brasil, e na percepção do autor, a maioria dos líderes estudantis eram ligados ao PCdoB. Ele entrou no PCdoB por volta de março/abril do ano de 1973, no seu relato ele expressa que quando é convidado a se filiar se surpreende, pois achava que já fazia parte, “para mim foi uma coisa curiosa, eu respondi assim, ‘pô, mas eu achei que eu já estava dentro desse partido’. Aí a pessoa me

43 Entrevista com Luiza Maia, 2020.

44 Entrevista com Luiza Maia, 2020.

45 Entrevista com Olival Freire, 2020.

explicou que tinha que ler o programa, que tinha que ler os estatutos”.⁴⁶ Por seu envolvimento com o movimento, o entrevistado já se considerava do Partido, o que só aconteceria mais tarde; o período de clandestinidade tornava o processo de recrutamento mais demorado.

Em 1973 Olival é eleito presidente do Diretório Central dos Estudantes e no ME tem participação ativa de 1972 até 1978. Nesse período abandonou o curso de engenharia elétrica e migra para o curso de física, curso que graduou-se. A partir de 1979 passa a lecionar no Instituto de Física e é com o início da vida profissional que passa a dedicar-se à organização do Partido como seu dirigente a nível estadual, mesmo que o Partido ainda estivesse oficialmente na ilegalidade, e assume tarefas de acompanhar o município de Camaçari.

O entrevistado chamou atenção que “a política de organização no período anterior a 79 tinha uma denominação que era “se fingir de morto” ‘, e justifica a adoção dessa linha em decorrência das perseguições sofridas tanto no Araguaia como na Chacina da Lapa, assim, “se fingir de morto” era uma questão de sobrevivência. Depois de 1979, ele aponta que o partido inicia um debate interno, depois da Anistia, em torno de dar visibilidade ao partido. Ele aponta que a “direção do partido sustentava que nós estávamos passando por uma fase de ascensão da luta democrática, que tinha que adotar certos riscos, exemplo típico de risco, congresso da Anistia em Salvador (1979)”.⁴⁷ Portanto, o debate iniciado no PCdoB anos antes começava a materializar-se nos territórios, e o processo de luta por anistia e abertura política contribuía para que essa prática fosse posta em prática.

Ainda sobre a vigência da política de “se fingir de morto” o partido já começa a participar mais ativamente da Tendência Popular do MDB/PMDB na Bahia em 1977, inicialmente apoiando candidaturas e a partir de 1982 colocando seus membros conhecidos para disputar as eleições, mostrando-se “vivo”, em contraposição com a política anterior. Nessa eleição, foi eleito deputado federal pela Bahia, Haroldo Lima, conhecido militante baiano que fora preso pela ditadura militar e liberado apenas com a Lei da Anistia. Não é nosso objetivo aprofundar nesse texto as tensões que haviam entre os comunistas e os demais membros do PMDB, mas registramos que haviam diversas disputas.

Quando refere-se a tática do Partido sobre Camaçari, Olival Freire aponta que inicialmente o interesse do PCdoB em Camaçari estava relacionado ao trabalho no Pólo. Ele exemplifica esse interesse com a vendagem do jornal Tribuna da Luta Operária que se dava no Pólo Petroquímico quando os ônibus chegavam. Porém, ele diz que “rapidamente” o trabalho na cidade se torna importante e como exemplo, cita uma experiência pessoal em que deu aulas de física em um cursinho em Camaçari que era organizado por Luiz Caetano. Ele observa que o curso era organizado por pessoas ligadas ao PCdoB que já tinham feito política estudantil juntos e participado do processo de reconstrução da UNE,

Eu fui dar aula nesse curso, não foi para ganhar dinheiro, porque a essa altura eu já era professor substituto na Universidade federal da Bahia, tinha sido professor no Colégio Marista, eu tava arrumado profissionalmente. Então, eu fui dar aula em

46 Entrevista com Olival Freire, 2020.

47 Entrevista com Olival Freire, 2020.

Camaçari porque aquilo era um projeto para estabilizar os militantes em Camaçari.⁴⁸

Podemos inferir que, se até 1979 o interesse do PCdoB em Camaçari se dava por conta do Pólo Petroquímico, isso começa a mudar e a partir de 1980 começa a ganhar força. Ideia que ganha força seja no depoimento de Luiza que abandona o trabalho na fábrica para se dedicar aos movimentos populares e ao cursinho, seja Olival que era dirigente estadual do Partido e ministrava aulas no mesmo cursinho. Ambos parecem ter clareza do papel político que o cursinho tinha para a organização do PCdoB no município.

O processo das lutas sociais parece ter sido pareado com o processo da organização política em Camaçari e ao ser questionado sobre a eleição de 1982, Freire diz que foi fruto de “um plano político preciso” que elegeu um deputado federal, dois deputados estaduais e “um número significativo de vereadores”, portanto, o objetivo foi alcançado, e ele acrescenta “foi maior do que a gente esperava”.⁴⁹ E a partir dos resultados dessa eleição em 1982, Camaçari passa a ser uma das cidades principais do PCdoB na Bahia, pois eles já avistavam a possibilidade de eleger Luiz Caetano, e assim, “o projeto Camaçari passou a ser um dos projetos estratégicos do PCdoB”.⁵⁰

Considerações

O processo de redemocratização no Brasil foi marcado pela autocracia burguesa, onde as classes dominantes dirigiram a transição de forma que a institucionalidade autoritária fosse garantida. Entretanto, esse período foi marcado pela oposição ao regime de diversos setores, e os “de baixo” alcançaram algumas conquistas, mesmo que parciais. A Anistia em 1979 ficou distante do caráter *amplo, geral e irrestrito*, destarte, organizações como o PCdoB, galgaram novos caminhos junto com os ventos de abertura política.

Talvez seja cedo para dizer, mas na Cidade de Camaçari o partido tenha alcançado, mesmo que parcialmente, o que Gramsci chama de “eficiência real”, afinal, consegue disputar o poder do “Estado” localmente com um programa que dialogou a pauta da redemocratização com as necessidades concretas de um povo que por uma década não elegeu seus prefeitos e sofria com a carestia e a falta de moradia.

Inicialmente, o partido objetivava ter uma intervenção no Pólo Petroquímico, mas rapidamente percebe que há um espaço político a ser ocupado no território do município através dos seus militantes. Assim, desenvolvem táticas de crescimento e disputa na cidade que acabam por ser vitoriosas através da eleição de 3 mandatos de vereadores e inserção em associações de moradores. E após essa vitória, o “Projeto Camaçari” se torna prioridade para a direção estadual do Partido.

48 Entrevista com Olival Freire, 2020.

49 Entrevista com Olival Freire, 2020.

50 Entrevista com Olival Freire, 2020.